



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAGRADA FAMÍLIA

LEI Nº 300 DE 25 DE JUNHO DE 1999.

DISPÕE SOBRE O SUBSIDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA RS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR LAVA, Vice Presidente no exercício da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sagrada Família Rs, Faço saber no uso das minhas atribuições Legais em cumprimento ao que determina a Lei Orgânica Municipal, especialmente o § 5º do Artigo 57, e o Regimento Interno Vigente, bem como a Legislação Estadual e Federal, que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Os Vereadores e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sagrada Família RS, perceberão Subsídios mensais nos termos desta Lei.

Artigo 2º- O Subsídio dos Vereadores do Município de Sagrada Família RS, é fixado em parcela única de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais) mensais.

Artigo 3º- O Subsídio do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores é fixado em parcela única de RS 750,00 (Setecentos e Cinquenta Reais) mensais.

§ 1º- O Vice Presidente ou outro Vereador que vier a assumir a Presidência da Casa Legislativa terá direito ao mesmo Subsídio do Titular.

Artigo 4º- As faltas dos Vereadores que não forem justificadas na forma Legal, serão descontadas proporcionalmente ao número de Sessões realizadas no mês.

Artigo 5º- Os Subsídios dos Vereadores serão reajustados nas mesmas datas e mesmos índices dos Servidores Municipais, observado a iniciativa Privativa em cada caso, assegurada a Revisão Geral Anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAGRADA FAMÍLIA

Artigo 6º- Anualmente, além dos Subsídios mensais, os Vereadores perceberão, na mesma data em que for pago o Décimo Terceiro Salário aos Servidores Municipais, uma importância igual ao Subsídio vigente naquele mês.

Artigo 7º- Nas viagens para fora do Município, a Serviço ou em Representação da Câmara Municipal de Vereadores, o Vereador perceberá as diárias fixadas em Lei.

Artigo 8º- As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

Artigo 9º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação.

Artigo 10º- Revogam-se as disposições em Contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sagrada Família em 25 de Junho de 1999.

Valdir Lave
VALDIR LAVA
Presidente

Registre-se e Publique-se

Carlos Miguel Jadiske
CARLOS MIGUEL JADISCKE